

A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA¹

Joel de Souza – MGA/UFSC – Joel.souza@posgrad.ufsc.br

Grupo Temático 5. *Qualidade na EaD e a democratização do conhecimento*

Subgrupo 5.4 *Gestão e institucionalização da EaD: estratégias e desafios*

Resumo:

A avaliação institucional trata de um continuado processo de aprimoramento do desempenho da instituição de ensino e de prestação de contas à coletividade, estabelecendo-se em instrumento de planejamento estratégico e incremento dos mecanismos de educação da entidade. Seu foco deve ser o envolvimento de todos os profissionais, acadêmicos e colaboradores relacionados à área educacional, em um processo de autocrítica, culminando se necessário, em mudanças concretas nas quais a participação assegura o contraponto da proposta institucional. Isto implica acompanhar sistematicamente as atuações, constatando se os papéis e apontamentos definidos se cumprem na forma como foram estabelecidos. O entremeio entre o almejado e o efetivado confere razão de ser à avaliação evitando consistentemente a supressão de discordâncias, dúvidas e contrassensos naturais ao dia-a-dia acadêmico, fatores que corroboram para revelar, resguardar e instigar a multiplicidade construtiva da instituição acadêmica.

Palavras-chave: Educação; Educação a Distância; Avaliação Institucional; Ensino.

Abstract:

The institutional review it is a continuous process of improving the performance of the educational institution and accountability to the community, establishing an instrument for strategic planning and development of educational mechanisms of authority. Your focus should be the involvement of all professionals, academics and related educational area, in a process of self-criticism collaborators, culminating if necessary, changes in concrete where the counterpoint ensures the participation of institutional proposal. This means systematically monitor the performances, noting that the papers and notes set out are fulfilled in the way they have been established. The inset between the desired and effected gives reason for the assessment consistently avoiding the suppression of dissent and natural questions to day-to-day academic, to reveal factors that support, protect and instigate constructive multiplicity of academic institution.

Keywords: Education; Distance Education; Institutional Assessment; Teaching.

1. A educação a distância

¹ Trabalho desenvolvido com apoio financeiro do FUMDES – PPMGA/UFSC; pesquisador integrante da Rede Catarinense de Pesquisadores em Educação.

Conforme Lobo Neto (1995), ainda no século XVIII, o marco inicial da educação a distância (EaD) corresponde ao anúncio publicado na Gazeta de Boston, em março de 1728, pelo professor de taquigrafia Cauleb Phillips, convidando a todos os desejosos por aprender tal arte, a receberem em suas residências lições semanais. No século XIX, a Suécia lidera outro exemplo de pioneirismo enveredando-se na EaD em 1833, com um curso de Contabilidade. Sete anos depois, em 1840, o modelo de ensino de línguas por correspondência inicia-se na Inglaterra em 1840 com a posterior criação em 1843 da *Phonographic Corresponding Society*.

No Continente Australiano em 1910 são iniciados nas Universidades de Queensland, New England, Macquary, Murdoch e Deakin, programas de ensino por correspondência. Na Ásia, a Universidade Aberta Allma Iqbal no Paquistão principiou em 1974 a capacitação de docentes pelo método EaD, em 1980, a Universidade Aberta do Sri Lanka iniciou cursos tecnológicos voltados a supressão de carências profissionais e na Índia a Universidade Nacional Aberta Indira Gandhi nasceu um ano após, em 1985 com a mesma proposta. A Universidade de Terbuka na Indonésia surge em 1984 em resposta ao pleito da população por acesso aos cursos de nível superior. Na América Latina, a Universidade Autônoma do México (1972), a Universidade Estatal a Distância da Costa Rica (1977), a Universidade Nacional Aberta da Venezuela (1977) e a Universidade Estatal Aberta e a Distância da Colômbia (1983) passaram a integrar a EaD. As iniciativas pioneiras em educação a distância no Brasil remontam a 1904, com as escolas internacionais constituídas no modelo de iniciativa privada, oferecendo cursos por correspondência.

Segundo Alves (2009), o ensino era realizado, com remessa de apostilas, kits de montagem e demais materiais didáticos pelos correios, utilizando em grande parte o meio ferroviário. O ensino por correspondência com foco na formação profissional progrediu em função da disseminação dos meios de comunicação. Moura Castro e Guarany (1979) constata que, entre as instituições privadas são destacados os trabalhos desenvolvidos pelo Instituto Rádio Monitor, em 1939, e pelo Instituto Universal Brasileiro, em 1941. Em 1972 surge o programa nacional de tele-educação com a incumbência de integrar nacionalmente, as atividades didáticas e educacionais, veiculadas em rádio, televisão e demais meios de comunicação. A partir de 1988 (mesmo ano em que se iniciaram trabalhos em prol da criação de um sistema avaliativo institucional – SAEB), foi constituído por iniciativa governamental, um grupo de estudos com a missão de organizar políticas em EaD estabelecendo propostas de cursos específicos para a modalidade, o que em 1992, resultou em documento oficial. A edição da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1996, trouxe pela primeira vez, a inserção formal da educação a distância em todos os níveis e a criação de um Plano Nacional de Educação, prevendo ações para dez anos.

2. A avaliação institucional

Uma das primeiras tentativas de se conceituar o que vem a ser a avaliação institucional se refere a Tyler (1950), o mesmo afirma se tratar de um procedimento para definir até que ponto os desígnios institucionais foram atingidos de fato. Com relação à relevância da avaliação, Cronbach (1963) enfatizava num contexto institucional que esta presta um grande serviço quando identifica os aspectos do curso que necessitam de revisão. O ponto convergente e ideia central a respeito da avaliação institucional, conhecida no exterior como acreditação, é que esta é de um instrumento que abarca o processo de

acompanhamento contínuo das atividades e da implementação de mudanças necessárias à retomada da missão proposta pela Instituição.

Na Europa, o desenvolvimento de atividades de garantia de qualidade institucional começou mais tarde que nos Estados Unidos, e Trow (1996) pontua que, na década de 1980 com o aumento da massificação do ensino superior, surgiram sistemas muito heterogêneos. O papel crescente do setor privado em substituir o Estado como o principal empregador de profissionais da educação evidenciou a influência das entidades particulares na educação com a necessidade de se instituir políticas públicas de regulação para o setor.

Segundo Schwarz e Westerheijden (2004), existem muitos estudos que constataam as vantagens e desvantagens dos sistemas de avaliação institucional sendo que, estas fazem parte de mudanças sociais demandadas pela globalização. Conforme afirmam Rodríguez-Ponce, Fleet e Delgado (2010), a respeito de suas experiências no Chile, a acreditação institucional deve ser voluntária e é justamente este atributo que deve predominar em todo o processo de desenvolvimento institucional definindo de forma autônoma a aplicação dos critérios de avaliação.

Etimologicamente, avaliar denota estabelecer valor e mérito ao objeto em estudo, e para Casali (2007), é como inserir hierarquicamente, o valor de algo no contexto dos valores culturais e, no limite, dos valores universais. A implantação da avaliação institucional como organismo de suporte às ações administrativas e pedagógicas, nos cursos da modalidade EaD pode contribuir para possíveis correções de trajetória bem como do processo educacional desenvolvido e das condições administrativas e estruturais da entidade. Sendo assim, a partir da década de 1980, instituições das esferas públicas e privadas propuseram unir esforços para a criação de métodos e técnicas com fins de contribuir para a melhoria da qualidade na educação, o que excitou a criação de vários métodos de avaliação institucional em todas as instâncias e níveis.

O primeiro destes foi o SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica), implementado em 1990, mas criado em 1988, coordenado pelo Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) que visa avaliar a educação básica, mas que como iniciativa pioneira a nível nacional serviu de base para a posterior criação de um sistema avaliativo da educação superior. O SAEB se refere a um levantamento de informações realizado a cada dois anos, que visa prover uma amostra probabilística da educação fundamental em todo o país e passou a ser estendido ao ensino médio a partir de 1995 com a finalidade de avaliar o desempenho dos alunos, a infraestrutura educacional, o perfil do diretor e da gestão, a prática docente e as características socioculturais do educando, incluindo seus hábitos escolares.

O IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), criado em 2007 pelo INEP, como parte do Plano de Desenvolvimento da Educação, foi concebido para mapear as escolas e determinar investimentos, classificando-as em uma escala de zero a dez. Refere-se ao cálculo do rendimento escolar (aprovação e evasão) e da análise do desempenho dos alunos com base no SAEB. Quanto ao ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), este foi instituído em 1998, com o objetivo de avaliar as competências e habilidades desenvolvidas pelo educando no ensino médio, coordenado pelo Ministério da Educação é uma avaliação unificada aplicada aos alunos concluintes do ensino médio, cuja nota serve de parâmetro para o ingresso no ensino superior privado e grande parte das universidades públicas. Abre, também, as portas para programas governamentais de bolsa de estudos, como o PROUNI (Programa Universidade para Todos) gera dados balizadores de mudanças curriculares, avaliando sem peso de descredenciamento e formando um *ranking* das instituições

educacionais de nível médio. O Exame Nacional de Cursos foi substituído em 2004, por uma Auto Avaliação Institucional, pela nota do ENADE (Exame Nacional de Desempenho de Estudantes) e pelo IDD (Indicador de Diferença dentre os Desempenhos Observado e Esperado). A composição destes indicadores tem como resultado uma escala de notas que vão de um a cinco. O MEC verifica as instituições com nota menor ou igual a dois, reavaliando o reconhecimento dos cursos em situação de baixo rendimento. O ENADE tem como objetivo o acompanhamento do processo de aprendizagem e do desempenho acadêmico dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação. Seus resultados poderão produzir dados por instituição de educação superior, categoria administrativa, organização acadêmica, município, estado, região geográfica e Brasil. Assim, serão construídos referenciais que permitam a definição de ações voltadas à melhoria da qualidade dos cursos de graduação por parte de professores, técnicos, dirigentes e autoridades educacionais.

O IDD constitui a média ponderada entre o desempenho dos alunos de ensino superior do primeiro e do último ano de determinado curso, transformada em porcentagem de progresso e, em pontuação. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), surge com o propósito de analisar as instituições, os cursos e a performance dos estudantes no aprendizado das disciplinas. Sua metodologia de avaliação pondera aspectos como ensino, pesquisa, extensão, responsabilidade social, gestão da instituição e corpo docente. Empregando estas informações na orientação institucional de estabelecimentos de ensino superior busca-se alicerçar as políticas públicas em educação, além disso, tais dados ainda são úteis para a sociedade, servindo de apontamento quanto às condições de cursos presenciais e a distância nas entidades educacionais. A coordenação do SINAES fica a cargo da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), com sua Comissão Organizadora sendo composta por emissários das secretarias do MEC, da Câmara e do Senado, do Conselho Nacional de Educação, dos dirigentes estaduais, municipais e federais da educação e de todas as entidades que operam direta ou indiretamente na área da educação. A operacionalização do sistema é exercida pelo INEP.

Tais mecanismos demonstram a evolução de um sistema aplicável à realidade do universo da EaD observando suas peculiaridades e não representando um sistema de controle ou padronização única, mas numa perspectiva crítica a proposição de um modelo democrático voltado a produção de conhecimento e geração de oportunidades de acesso.

3. Considerações finais

Atualmente, ocorre no Brasil, um despertar para a EaD enquanto porta de saída para a desigualdade socioeconômica e falta de oportunidades, paralela a esta percepção começa-se a dar real importância para aspectos como o princípio da autonomia, o direito da instituição em ter sua própria gestão, com livre-arbítrio para cunhar mecanismos voltados a servir de forma eficaz a comunidade que atende. Para que estes anseios se confirmem, é necessário que tais entidades prezem pela transparência, adotando processos contínuos de prestação de contas à sociedade, trazendo à tona equívocos, erros e desacertos com fins de elaborar estratégias e práticas propositivas. Ao transportarmos tais aspectos para o campo da EaD, são instituídos procedimentos particulares de avaliação institucional apontando para o credenciamento das entidades atuantes nesta modalidade de ensino, e que muitas vezes já encontram-se credenciadas para cursos presenciais.

Neste contexto, a avaliação institucional aplicada à modalidade EaD pode contribuir respaldando toda a comunidade envolvida no processo educacional que possui aspectos diferenciados em relação ao modelo presencial. O sistema de gestão mais adotado é o democrático, uma forma de gerir as instituições com a participação de professores, educandos, funcionários e da comunidade na administração escolar, contribuindo com a união de esforços e saberes para o aprimoramento da instituição.

Referências Bibliográficas

ALVES, J. R. M. **A história da EAD no Brasil**. 2º Capítulo do livro: Educação a Distância o Estado da Arte. LITTO, F. M. e FORMIGA, M. (orgs). São Paulo: Pearson Education, 2009.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.

BRASIL. **Decreto lei nº 5.622. 19 dez. 2005** (regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/decreto/D5622.htm>. Acesso em: 13 mar. 2014.

BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. 20 dez. 1996. Diário Oficial da União. Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 14 mar. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Anuário brasileiro de educação à distância**. 2008. Brasília.

CASALI, Alípio. Fundamentos para uma avaliação educativa. In: CAPPELLETTI, Isabel F. **Avaliação da aprendizagem**: discussão de caminhos. São Paulo: Editora Articulação Universidade/Escola. 2007.

CRONBACH, L.J. **Course improvement through evaluation**. Teachers C. Records: Columbia Univ. 1963.

LOBO NETO, F. J. S. Tecnologia educacional. **Revista Tecnologia Educacional**, v. 25, n. 130, p. 43-45, mai. 1995.

MOURA CASTRO, Cláudio; GUARANY, Lúcia Radler. **O Ensino por correspondência no Brasil: uma estratégia de desenvolvimento educacional**. Brasília: IPEA/Iplan, 1979.

RODRIGUEZ-PONCE, Emilio; FLEET, Nicolás; DELGADO, Milagros. Capacidad predictiva de la evaluación de los pares y focos del modelo de acreditación institucional en Chile. **Avaliação** (Campinas), Sorocaba, v. 15, n. 1, 2010.

SCHWARZ, S.; WESTERHEIJDEN, D. **Accreditation and evaluation in the european higher education area**. Dordrecht: Kluwer Academic Press, 2004.

TROW, Martin. Trust, markets and accountability in higher education: a comparative perspective. **Higher Education Policy**, Germantown, v. 9, n. 4, p. 309-324, 1996.

TYLER, R. **Basic principle of curriculum and instruction**. Chicago: Chicago University, 1950.